



PROGRAMAS ELEITORAIS

Justiça: não há partido que não prometa cortar nas custas judiciais

Ganhe quem ganhar, e partindo do princípio que as promessas são para cumprir, as custas judiciais vão baixar na próxima legislatura. Além disso, e olhando para os compromissos eleitorais, o apoio judiciário será alargado a mais pessoas.



FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

A revisão das custas judiciais e da lei do acesso ao direito, que o Governo PS deixou por fazer na legislatura que agora termina, deverá mesmo avançar na próxima, seja qual for a composição parlamentar e o Executivo que venha a sair das legislativas do próximo domingo. É que, olhando para os vários programas eleitorais dos partidos com assento parlamentar, todos eles garantem, sem hesitações, que estas duas reformas são essenciais e para cumprir. Resta saber como, já que todos deixam essa explicação em aberto.

As críticas aos elevados valores cobrados a quem precisa de ir a tribunal são recorrentes e Francisca Van Dunem até concordou publicamente com elas, mas sempre lembrando que era preciso arranjar contrapartidas para a receita que inevitavelmente se perderia com uma redução. Não chegou a encontrar maneira e também não enviou a tempo para o Parlamento a proposta de revisão da lei de acesso ao direito e aos tribunais, que haveria de tornar possível, entre outras coisas, mais pessoas beneficiarem de apoio judiciário e os advogados receberem honorários mais elevados.

Os vários programas eleitorais



Ricardo Castelo

Os partidos apostam num reforço do acesso ao direito e aos tribunais

pegam agora no tema. Há quem, como o Bloco, defenda mesmo a "gratuidade no acesso e apoio judiciário para todos", com a criação de um Sistema Nacional de Justiça. O PSD pede isenção de custas e honorários de advogado oficioso até ao salário mínimo e depois disso a introdução de escalões progressivos, e o CDS-PP, tal como o PCP e o PAN, quer rever o regime. O PS, mais contido, avança com a promessa de "reduzir as situações em que as custas processuais importam valores excessivos, nos casos em que não existam meios alternativos".

Em qualquer dos casos, será de esperar um aumento do investimento público na área da justiça, até porque há também consonância noutras áreas, como o sempre presente "aumento do combate à corrupção" ou mais meios

para a investigação criminal.

Direita quer mudanças nos Conselhos Superiores

Pelos vários programas eleitorais perpassam as sempre repetidas promessas de tornar a justiça mais próxima, mais eficiente, mais célere. Com algumas surpresas, como a promessa do PSD de "reponderar a existência das Secções de Proximidade, transformando-as, nos casos em que se justifique, em verdadeiros Juízos Locais de Competência Genérica", quando foi o próprio PSD que encerrou um conjunto de tribunais por considerar que não tinham movimento processual que justificasse a sua existência.

Uma questão que surge nos programas da direita tem a ver com a composição dos Conselhos Superiores de Magistratura. O

PSD defende uma recomposição, por forma que "a maioria dos seus membros seja composta por não magistrados" e que outras entidades, como o Presidente da República, possam fazer nomeações. Já o CDS pretende antes uma fusão e posterior criação de um Conselho Superior do Poder Judicial. Contrariamente ao PSD, os centristas defendem que "deve garantir-se a presença de magistrados em número superior ao de não magistrados".

À esquerda, o Bloco e o PCP recuperam a bandeira da criminalização do enriquecimento injustificado e os bloquistas têm um conjunto de propostas direcionadas para os políticos: prometem uma "fiscalização do património e dos rendimentos" e um alargamento para seis anos do "período de nojo" para os ex-governantes. ■

ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS

TRIBUNAIS COMUNS

TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (TAF)

JULGADOS DE PAZ E ARBITRAGEM

CORRUPÇÃO, CRIMINALIDADE E SISTEMA PRISIONAL

TRIBUNAIS MAIS EFICIENTES E COM MAIS INVESTIMENTO

Uma justiça mais próxima dos cidadãos, reforço na informatização e simplificação, estruturas de apoio aos magistrados ou mais recursos para a investigação criminal. Na justiça, as promessas repetem-se e, ainda que sem quantificar, os partidos convergem na necessidade de aumentar o investimento público no setor.



<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um sistema de apoio judiciário mais efetivo; - Reduzir as situações em que as custas processuais importam valores excessivos, nos casos em que não existam meios alternativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção de custas e honorários de advogado oficioso até ao salário mínimo e depois disso introdução de escalões; - Criação do Provedor do Utente Judiciário que fará chegar as queixas aos conselhos superiores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um Sistema Nacional de Justiça que assegure gratuidade no acesso e apoio judiciário para todos; - Programa nacional de formação para advogados inscritos no acesso ao direito. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rever o sistema de custas (no sentido da sua redução) e o regime do acesso ao direito e aos tribunais, nomeadamente o conceito de insuficiência económica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rever o regime legal das custas judiciais com a sua redução significativa e alargar isenções (acidentes de trabalho ou doença profissional); - Rever o regime do apoio judiciário de modo a aumentar o seu alcance. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pedidos de apoio judiciário, uma vez concedidos, válidos durante um ano; - Instituir procedimentos que detetem o uso abusivo do acesso ao direito; - Suprimir o teto máximo das taxas de justiça e rever o regime de isenções.
<ul style="list-style-type: none"> - Gestão pública e unificada do sistema CITIUS; - Citação eletrónica de todas as entidades públicas e, no geral, progressiva eliminação da citação em papel; - Criar um corpo de assessores especializados para os tribunais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um mapa judiciário que traduza o objetivo de uma justiça de proximidade; - Magistrados sem funções administrativas e com assessores especializados; - Equipas de Recuperação de Pendências e rever o regime da ação executiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição territorial de tribunais que assegure a proximidade da justiça; - Valorização da dedicação exclusiva dos funcionários; - Criação de um quadro de assessoria técnica qualificada para os magistrados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apostar a sério na assessoria técnica de magistrados; - Criar uma bolsa de juizes norteada pelo princípio da especialização; - Total digitalização dos processos; - Registo dos atos processuais só em áudio e vídeo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Efetiva melhoria do parque judiciário e melhor capacidade de resposta dos Conselhos de Gestão das Comarcas; - Implementação de estruturas de apoio direto aos magistrados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estender a desmaterialização a todo o processo penal; - Criar uma única plataforma ou adotar um só modelo de plataforma para os vários tribunais.
<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a capacidade de resposta, com melhorias de gestão e agilização processual, designadamente quanto a processos de massas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão do estatuto dos TAF e reforço no recrutamento e qualificação de juizes; - Implementação de juizes especializados; - Reforçar equipas de recuperação de pendências. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sem propostas específicas para estes tribunais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alargar aos TAF a gestão profissional dos tribunais; - Condenar o Fisco a uma indemnização ao particular, sempre que litigue nas mesmas áreas contra mais de três sentenças judiciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sem propostas específicas para estes tribunais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sem propostas específicas para estes tribunais.
<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar os julgados de paz e criar especializações, para casos de regulação do poder paternal, condomínio e vizinhança; - Reforçar os centros de arbitragem para conflitos administrativos como forma de descongestionar os TAF. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alargar a todos os setores de atividade os Centros de Arbitragem de Litígios em complemento ao sistema judicial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Julgados de paz com presença efetiva junto das comunidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aposta em mecanismos preventivos ou alternativos de resolução de conflitos, retirando as bagatelas jurídicas dos tribunais, olhando para a arbitragem como aliado da justiça; - Ampliar os julgados de paz e torná-los obrigatórios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proibir o Estado e as pessoas coletivas de direito público de recorrer à arbitragem em matéria administrativa e fiscal; - Impedir a vulgarização e o alargamento da utilização dos meios alternativos de resolução de litígios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dotar de meios humanos e materiais, em número suficiente, os tribunais e os Julgados de Paz.
<ul style="list-style-type: none"> - Permitir a suspensão provisória do processo em mais crimes, desde que as partes estejam de acordo; - Investir na requalificação das prisões e no acesso a cuidados de saúde dos reclusos, designadamente ao nível da saúde mental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prioridade ao combate à corrupção, à criminalidade económico-financeira e à criminalidade conexa, com mais meios para o Ministério Público e PJ; - Lei de Programação do Sistema Prisional com um planeamento plurianual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criminalizar o enriquecimento injustificado (taxar a 100% e confiscar bens); - Acabar com a precariedade dos profissionais de saúde nas prisões; - Garantir um mínimo de subsistência aos reclusos sem apoio familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Criminalidade Organizada, com mais meios e assessoria especializada; - Criar um real estatuto do arrependido e proteção para os denunciadores; - Rever as contraordenações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mais recursos para Ministério Público e PJ na luta contra a corrupção; - Aprovação de uma Lei de Programação de Investimentos no Parque Prisional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar tribunais especializados para o julgamento de crimes no exercício de funções públicas (corrupção, peculato e abuso de poder) e para violência doméstica; - Rever limites mínimos e máximos das penas; - Mais meios para MP e PJ.